



**INCT** **Instituto da  
Democracia**  
e da Democratização  
da Comunicação

## A Cara da Democracia no Brasil

### Satisfação com a democracia e conjuntura política no Brasil

Relatório N.1 de divulgação de pesquisa nacional realizada pelo  
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) – Instituto da  
Democracia e da Democratização da Comunicação

Belo Horizonte-Brasília-Campinas-Rio de Janeiro

Maio/2018

## O Instituto

O Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação tem como objetivo avançar e aprofundar a discussão sobre a democracia brasileira, tendo em vista sua organização, os hábitos democráticos da população e a organização da mídia no País.

O Instituto faz parte do Programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) e é formado por grupos de pesquisas de quatro instituições principais: UFMG, IESP/UERJ, Unicamp e UnB, e por pesquisadores da USP, UFPR, UFPE, UNAMA, IPEA e, internacionalmente, do CES/UC e da UBA.

A equipe do Instituto é composta por sociólogos, cientistas políticos, juristas, historiadores e comunicólogos que desenvolverão suas atividades combinando investigação e docência em Instituições Públicas de Ensino Superior de excelência no Brasil e também na Argentina e em Portugal. Seus membros são pesquisadores de renome nacional e internacional, especialistas nas áreas de opinião pública, democracia, justiça e cidadania.

O Instituto conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenadoria para Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig).

O Comitê Gestor do Instituto é composto pelos professores Leonardo Avritzer (UFMG), Fabiano Santos (Iesp-Uerj), João Feres Júnior (Iesp-Uerj), Giovanni Allegretti (Universidade de Coimbra) e pela professora Rachel Meneguello (Unicamp).



## A Pesquisa

A pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil” é um dos eixos que articulam a investigação sobre representação, participação e opinião pública no âmbito do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação.

Os últimos anos vêm mostrando mudanças importantes no comportamento, nas atitudes e nos valores dos cidadãos brasileiros com relação à democracia e a seu funcionamento no País. Alguns pontos merecem destaque: a relação com o sistema representativo aponta déficits muito significativos que se expressam no baixo grau de confiança e de avaliação das instituições, na recusa da política, dos partidos e dos políticos, constituindo percepções negativas que afetam a legitimidade do sistema.

No âmbito da participação, novas formas de ativismo passaram a compor os modos de organização e de mobilização, traduzindo as mudanças estruturais da política na era das novas tecnologias de comunicação.

O estudo dos posicionamentos e dos julgamentos sobre o sistema político e a avaliação de seu impacto sobre a adesão à democracia, assim como a identificação de atitudes com relação aos valores da vida democrática são alguns dos pontos dessa pesquisa.

**A amostra representa a população brasileira eleitora de 16 anos ou mais de idade. Foram realizadas 2500 entrevistas em todos os estados do Brasil. O campo foi realizado entre 15 e 23 de março de 2018.**

A amostra foi selecionada em três estágios:

No primeiro estágio, foram selecionados probabilisticamente os municípios através do método PPT (probabilidade proporcional ao tamanho) tomando como base o número de eleitores de cada município. A amostra foi estratificada pelos estados brasileiros. Foram selecionados 179 municípios. No segundo estágio, foram selecionados aleatoriamente os setores censitários dentro de cada município. No terceiro estágio, a seleção do entrevistado dentro de cada domicílio. Esta seleção foi feita através de cotas de sexo, idade, escolaridade e de renda familiar.

**A pesquisa tem intervalo de confiança de 95% e margem de erro de dois pontos percentuais.**

## O Relatório

O relatório “Satisfação com a Democracia e Conjuntura Política no Brasil” apresenta alguns dos resultados encontrados na pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil”.

O objetivo do relatório é divulgar e analisar, de forma simples e acessível, alguns dos resultados encontrados na pesquisa. Neste número, tratamos, especialmente, da percepção sobre o funcionamento do regime democrático e de temas ligados à conjuntura política do País nos últimos meses.

**Nas próximas semanas, serão divulgados outros relatórios temáticos com análises e dados obtidos na mesma pesquisa.**

O relatório apresenta uma série de gráficos e tabelas que ilustram as análises feitas.

Todos os dados e análises contidos no relatório podem ser divulgados publicamente desde que devidamente citados.

O relatório estará disponível em [www.institutodademocracia.org](http://www.institutodademocracia.org)

Sobre os autores do relatório:

**Rachel Meneguello** é professora-titular do Departamento de Ciência Política da Unicamp e pesquisadora do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da mesma instituição. [racael@unicamp.br](mailto:racael@unicamp.br)

**Oswaldo E. do Amaral** é professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp e coordenador do Cesop/Unicamp. [oswamaral@gmail.com](mailto:oswamaral@gmail.com)

**Sérgio Simoni Jr.** é doutor em Ciência Política pela USP e pesquisador do Cesop/Unicamp. [sergiojr\\_ssj@yahoo.com.br](mailto:sergiojr_ssj@yahoo.com.br)

## 1. Satisfação com a democracia

A pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil”, realizada em março de 2018, identificou que os padrões de satisfação dos brasileiros com o regime democrático encontram-se nos níveis mais baixos desde 2002. Essa é uma das principais conclusões deste relatório. Todos os dados apresentados aqui são comparáveis, pois foram retirados de diferentes ondas do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) e do Barômetro das Américas. O Eseb é realizado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e faz parte do consórcio *Comparative Study of Electoral Systems (CSES)*, coordenado pela Universidade de Michigan, nos EUA<sup>1</sup>. O Barômetro das Américas realiza pesquisas de opinião em todo o continente americano e é coordenado pela Universidade Vanderbilt, também nos EUA<sup>2</sup>. Todas as pesquisas contam com amostragem nacional. Suas margens de erro, porém, variam e estão indicadas nos gráficos.

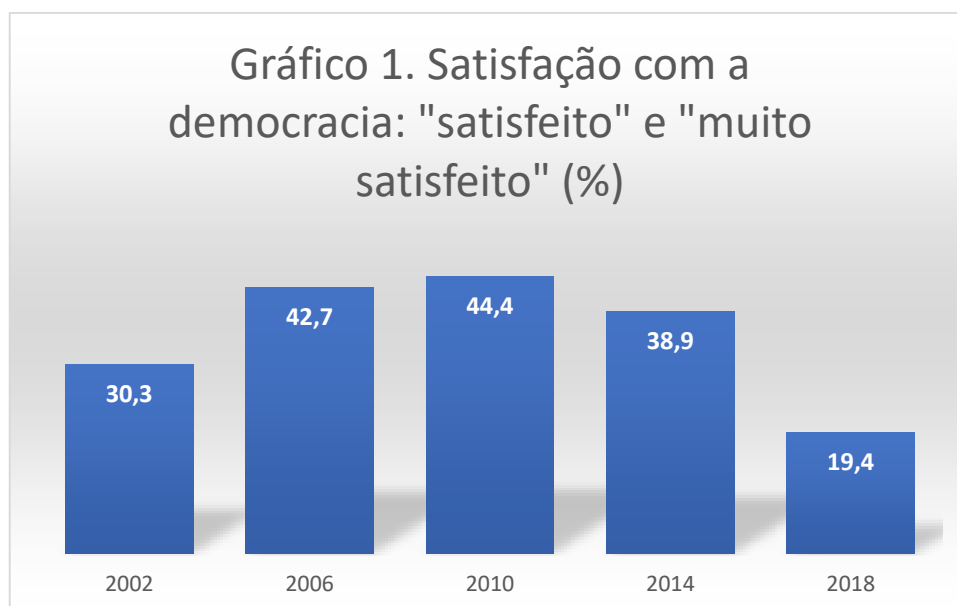
**Os padrões de satisfação dos brasileiros com o regime democrático encontram-se nos níveis mais baixos desde 2002**

Perguntados sobre o nível de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil, em que era possível responder “muito satisfeito”, “satisfeito”, “insatisfeito” e “muito insatisfeito”, apenas 19,4% dos brasileiros afirmaram estar “muito satisfeitos” ou “satisfeitos”. Os dados de 2018 representam uma queda significativa de quase 20 pontos percentuais com relação à pesquisa realizada em 2014 (38,9%). Analisando a série histórica (Gráfico 1), é possível observar um crescimento dos níveis de satisfação entre 2002 e 2010, e um posterior declínio a partir de 2014.

---

<sup>1</sup> Os dados dos Esebs podem ser encontrados em: [www.cesop.unicamp.br](http://www.cesop.unicamp.br)

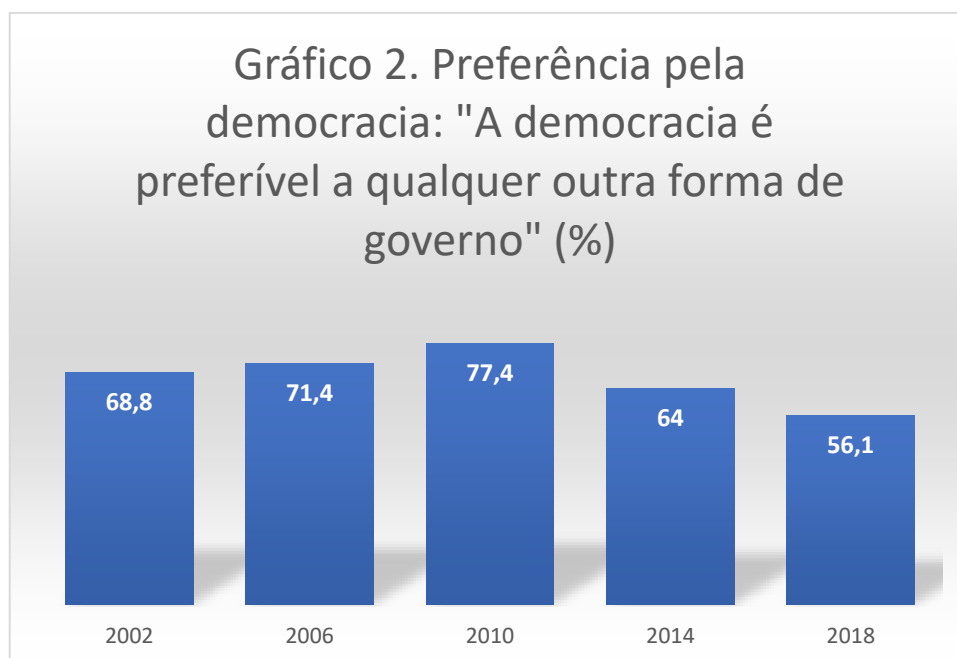
<sup>2</sup> Os dados do Barômetro das Américas podem ser encontrados em: [www.vanderbilt.edu/lapop](http://www.vanderbilt.edu/lapop)



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014); INCT (2018). Margens de erro: 2002 (2,0); 2006 (3,2); 2010 (2,2); 2014 (2,0); 2018 (2,0). I.C. 95%

Outra medida importante sobre a adesão da população ao regime democrático é obtida pelo grau de concordância com as seguintes frases: (a) “A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”; (b) “Tanto faz um regime democrático ou um não democrático”; e (c) “Em algumas circunstâncias, uma ditadura pode ser preferível a um governo democrático”.

Em relação a essa pergunta, a preferência dos brasileiros com relação ao regime democrático caiu oito pontos percentuais em comparação com pesquisa realizada em 2014, atingindo 56,1%. A série histórica dessa medida apresenta movimento semelhante ao da pergunta anterior. Entre 2002 e 2010, a preferência pela democracia subiu de 68,8% para 77,4%, entrando em declínio a partir de 2014 (Gráfico 2).



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014); INCT (2018). Margens de erro: 2002 (2,0); 2006 (3,2); 2010 (2,2); 2014 (2,0); 2018 (2,0). I.C. 95%

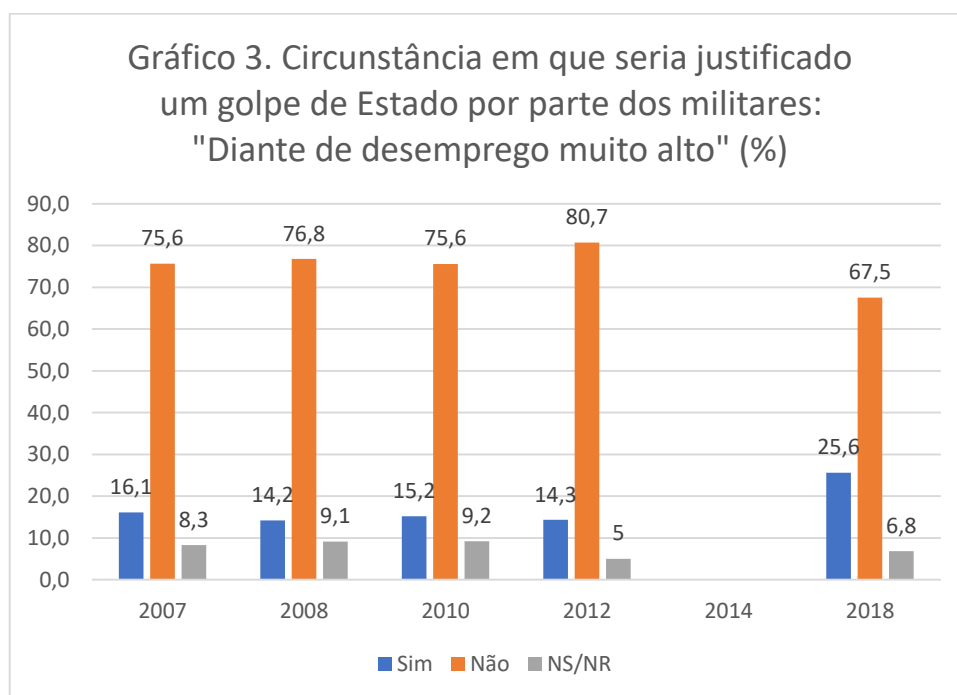
Os dados obtidos pela pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil” são compatíveis com os coletados pelo Barômetro das Américas na sua última onda, realizada nos anos de 2016 e 2017. Embora a partir de pergunta diferente, na qual os respondentes deveriam indicar o grau de concordância com a afirmação de que “a democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo” em uma escala de 1 (discordo fortemente) a 7 (concordo fortemente), o nível de concordância dos brasileiros (respostas de 5 a 7 na escala) foi de 52,4%. Essa porcentagem colocou o Brasil na 23ª colocação entre os 29 países analisados. É interessante notar que houve uma queda no apoio à democracia na América Latina e no Caribe de 8,6 pontos percentuais entre 2014 e 2016/17, comparável aos dados apresentados aqui.

Outra bateria de perguntas que mede o nível de adesão dos brasileiros ao regime democrático questionou sobre alguns casos em que seria justificada a tomada do poder pelos militares por meio de um golpe de Estado nas seguintes circunstâncias: (a) “Diante de desemprego muito alto”; (b) “Diante de muitos protestos sociais”; (c) “Quando há muito crime”; e (d) “Diante de muita corrupção”.

Aqui, comparamos os dados da pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil” com os disponíveis no Barômetro das Américas entre 2007 e 2014. Em todas as circunstâncias analisadas, embora com níveis distintos, houve crescimento na porcentagem de respondentes que afirmaram ser justificado um golpe de Estado por parte dos militares, todas elas acima da margem de erro.

**Em todas as circunstâncias analisadas, embora com níveis distintos, houve crescimento na porcentagem de respondentes que afirmaram ser justificado um golpe de Estado por parte dos militares**

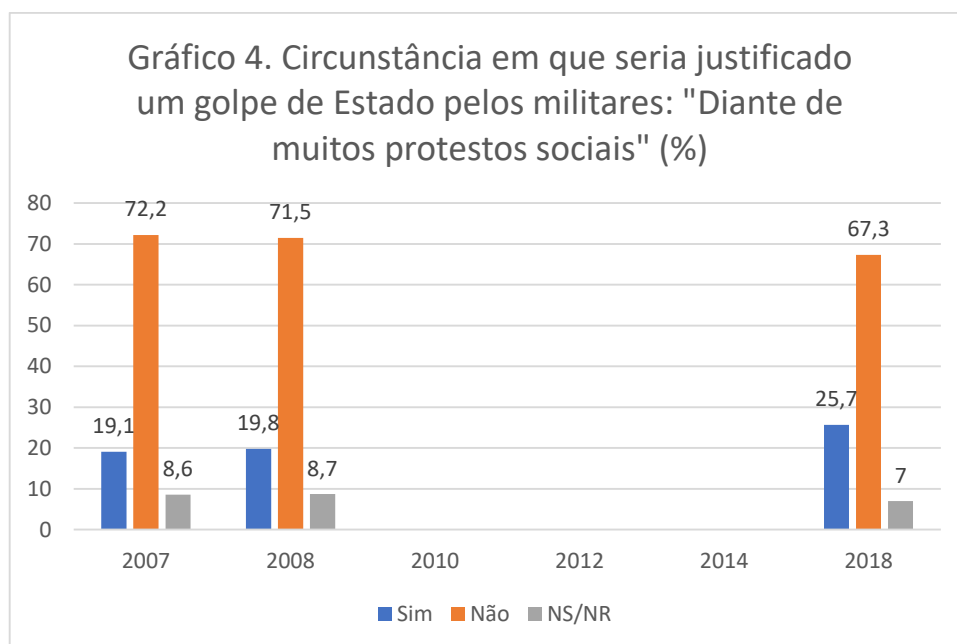
Com relação à justificativa “Diante de um desemprego muito alto”, entre 2007 e 2012, não houve variação significativa entre os que afirmaram ser justificado um golpe de Estado: a porcentagem de respondentes girou em torno de 15%. Em 2018, porém, a porcentagem saltou para 25,6% (Gráfico 3).



Fonte: Lapop (2007, 2008, 2010, 2012, 2014); INCT (2018). Margens de erro: 2007 (2,8); 2008 (2,53); 2010 (1,79); 2012 (2,5); 2014 (2,5); 2018 (2,0). I.C. 95%

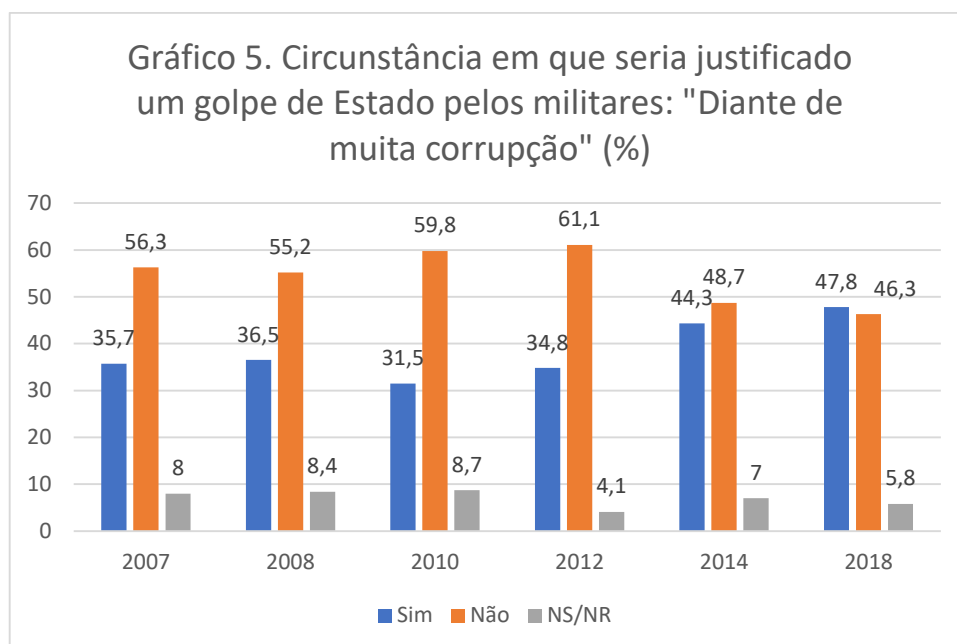
Já com relação à circunstância “Diante de muitos protestos sociais”, os que afirmaram ser justificado um golpe por parte dos militares subiu de cerca de 19%, em 2007 e em 2008, para 25,7%, em 2018 (Gráfico 4).





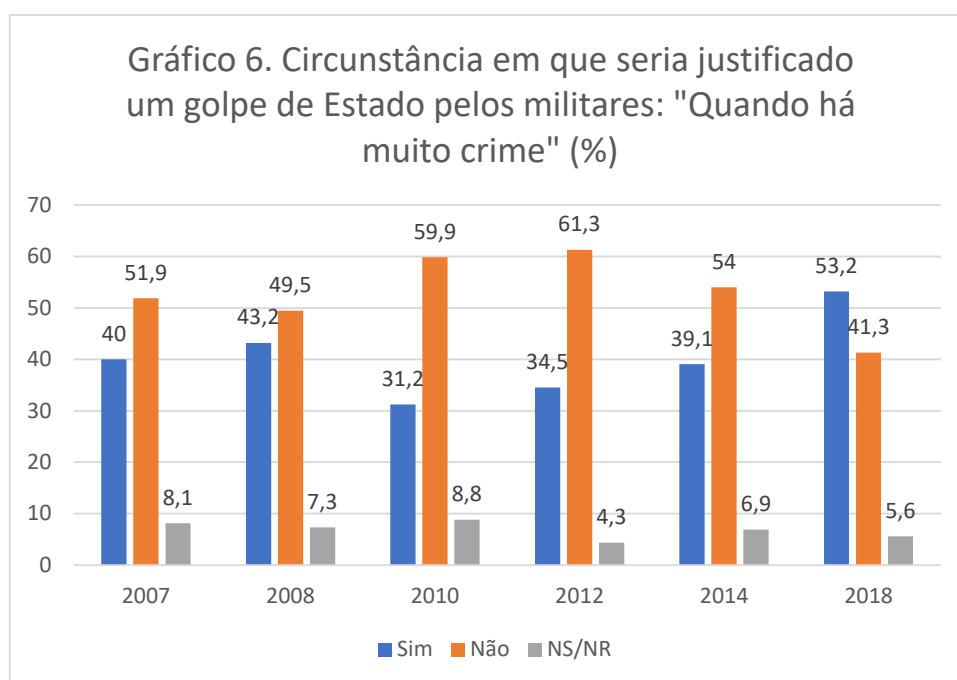
Fonte: Lapop (2007, 2008, 2010, 2012, 2014); INCT (2018). Margens de erro: 2007 (2,8); 2008 (2,53); 2010 (1,79); 2012 (2,5); 2014 (2,5); 2018 (2,0). I.C. 95%

Os dados relativos à circunstância envolvendo a corrupção apresentaram relativa estabilidade entre 2007 e 2012, com porcentagens entre 31% e 36%. A partir de 2014, porém, a porcentagem passou para 44,3%. Em 2018, atingiu 47,8%. É interessante destacar que, em 2018, pela primeira vez, a porcentagem de brasileiros que acham justificado um golpe de Estado "quando há muita corrupção" foi maior do que aquela dos que não acham (46,3%) – ainda que a diferença esteja dentro da margem de erro (Gráfico 5).



Fonte: Lapop (2007, 2008, 2010, 2012, 2014); INCT (2018). Margens de erro: 2007 (2,8); 2008 (2,53); 2010 (1,79); 2012 (2,5); 2014 (2,5); 2018 (2,0). I.C. 95%

Com relação à afirmação de que seria justificada a tomada do poder pelos militares por meio de um golpe de Estado “quando há muito crime”, os dados parecem com os da questão anterior. Embora em crescimento desde 2012, o salto entre 2014 e 2018 merece atenção especial. Em 2014, 39,1% dos entrevistados afirmaram que seria justificado um golpe diante dessa circunstância. Em 2018, a porcentagem foi a 53,2%. Também pela primeira vez, em 2018, o número de respondentes que afirmaram ser justificado um golpe militar “quando há muito crime” foi maior do que os que afirmaram não ser justificado (41,3%) (Gráfico 6).



Fonte: Lapop (2007, 2008, 2010, 2012, 2014); INCT (2018). Margens de erro: 2007 (2,8); 2008 (2,53); 2010 (1,79); 2012 (2,5); 2014 (2,5); 2018 (2,0). I.C. 95%

Em perspectiva comparada, esses dados colocam o Brasil entre os países latino-americanos que possuem os maiores números de apoiadores de rupturas com a ordem democrática em caso de elevado níveis de crime e de corrupção, como México, Jamaica e Peru. É importante destacar ainda que, na América Latina, o apoio a golpes militares mantém-se estável desde 2010 (entre 38% e 40% dos entrevistados)<sup>3</sup>.

### Quem apóia a democracia?

Como os níveis de satisfação com a democracia e a adesão ao regime variam entre diferentes grupos sociais? Para responder a essa pergunta, realizamos, nesta seção, análises multivariadas. Esse tipo de análise permite verificar a relação entre variáveis específicas “controlando”, ao mesmo tempo, a associação que ocorre por meio de outras variáveis que consideramos importantes. Por exemplo, se estamos interessados em saber se diferentes níveis de escolaridade se relacionam com distintos níveis de

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a América Latina, ver: “The Political Culture of Democracy in the Americas, 2016/17”, disponível em: [https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2016/AB2016-17\\_Comparative\\_Report\\_English\\_V2\\_FINAL\\_090117\\_W.pdf](https://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2016/AB2016-17_Comparative_Report_English_V2_FINAL_090117_W.pdf)

satisfação com a democracia, é interessante verificar se esse comportamento não se deve, na verdade, à idade do respondente, antes que a seu nível de escolaridade.

Para realizar essa análise, selecionamos as seguintes variáveis explicativas: escolaridade (organizada da seguinte forma: até primário incompleto, primário completo, ginásio completo, colegial completo, superior completo), sexo, macro-região de moradia (Sudeste, Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte) e idade.

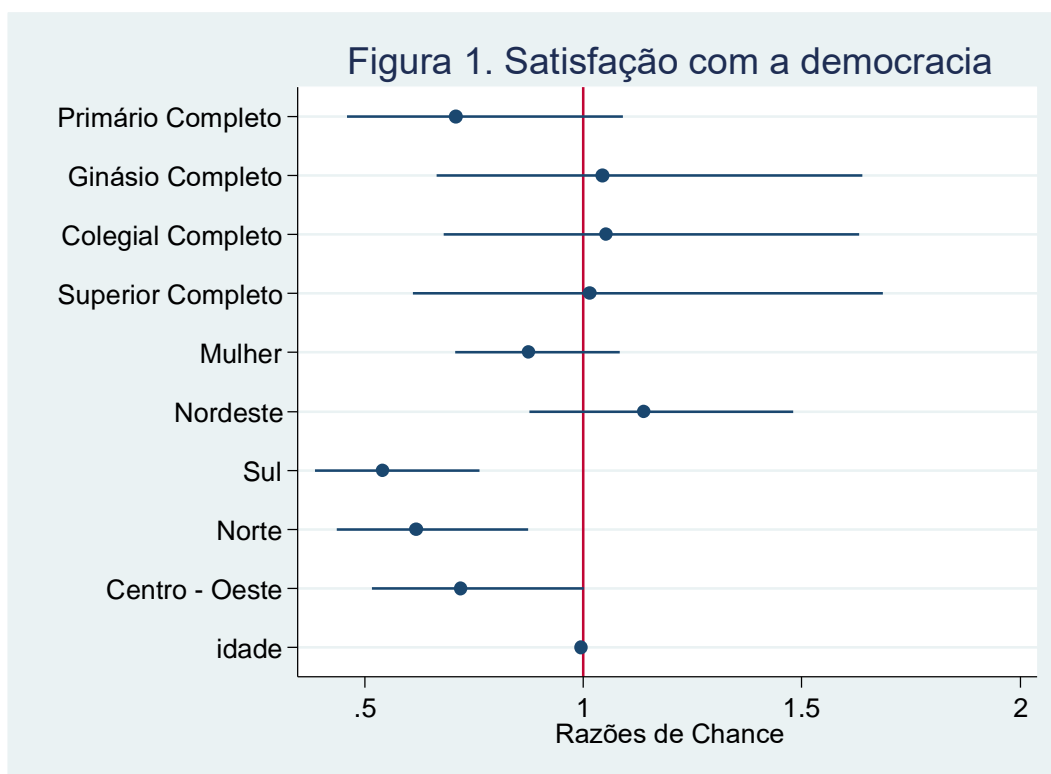
Dessa forma, podemos verificar como cada uma das variáveis associam-se a nossos fenômenos de interesse. Em todas as análises realizadas, as categorias de referência adotadas foram: Primário Incompleto, homem e Sudeste<sup>4</sup>. A Idade foi mensurada de forma contínua.

De forma a facilitar a visualização dos resultados, apresentamos graficamente as razões de chance, com seus respectivos intervalos de confiança, de cada variável. Variáveis com impacto estatisticamente significativo são aquelas cujo intervalo de confiança não ultrapassa a barra vermelha.

A figura abaixo apresenta as razões de chance da regressão logística multivariada cuja variável dependente é a "satisfação com a democracia" (pessoas que dizem estar "satisfeitas" e "muito satisfeitas" com o regime) (Figura 1).

---

<sup>4</sup> Isso significa que as comparações realizadas na análise estatística são feitas a partir dessas categorias de referência, e não entre elas.

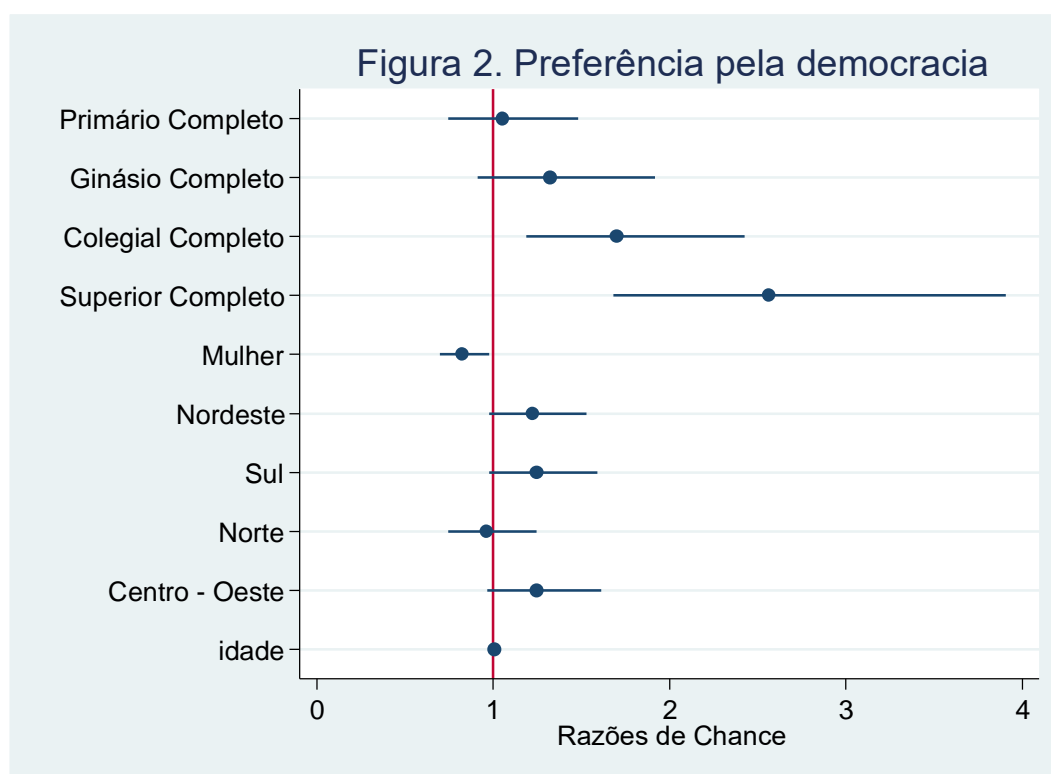


Fonte: Os autores, a partir de INCT (2018)

Os dados indicam que não existe diferença entre mulheres e homens, nem entre os níveis de escolaridade e idade, no que diz respeito à satisfação com a democracia. Ou seja, essas variáveis não diferenciam quem está ou não satisfeito.

Os dados sobre região de moradia, por sua vez, apresentam resultados significativos. Moradores do Sul, do Norte e do Centro-Oeste apresentam menos chance de estarem satisfeitos com a democracia em comparação com moradores do Sudeste. Moradores do Nordeste apresentam chance similar aos habitantes do Sudeste.

Resultados um pouco diferentes são encontrados a partir da análise sobre a pergunta acerca da preferência pela democracia, mostrados no gráfico abaixo:



Fonte: Os autores, a partir de INCT (2018)

As variáveis de região não apresentam significância, mas sexo e escolaridade tem impacto importante: homens e pessoas com maior escolaridade apresentam maior chance de declarar preferência pela democracia, entendida aqui como pessoas que afirmam que a “democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”. A variável "Idade" também apresentou impacto positivo e significativo. Quanto maior a idade do entrevistado, maior a chance dele preferir a democracia.

Os dados apresentados neste relatório indicam uma crescente insatisfação dos brasileiros com o funcionamento do regime democrático, assim como a encontrada em toda a América Latina nos últimos anos. A variação dos dados no tempo e as análises multivariadas reforçam o que as literaturas nacional e internacional sobre o tema também apontam: uma associação entre desempenho econômico e bem-estar material e níveis de escolaridade e a maior satisfação com o regime. As questões relacionando o apoio a eventuais golpes militares, porém, sugerem que outros elementos – como as percepções sobre a corrupção e a criminalidade – parecem afetar os níveis de satisfação dos brasileiros com a democracia.

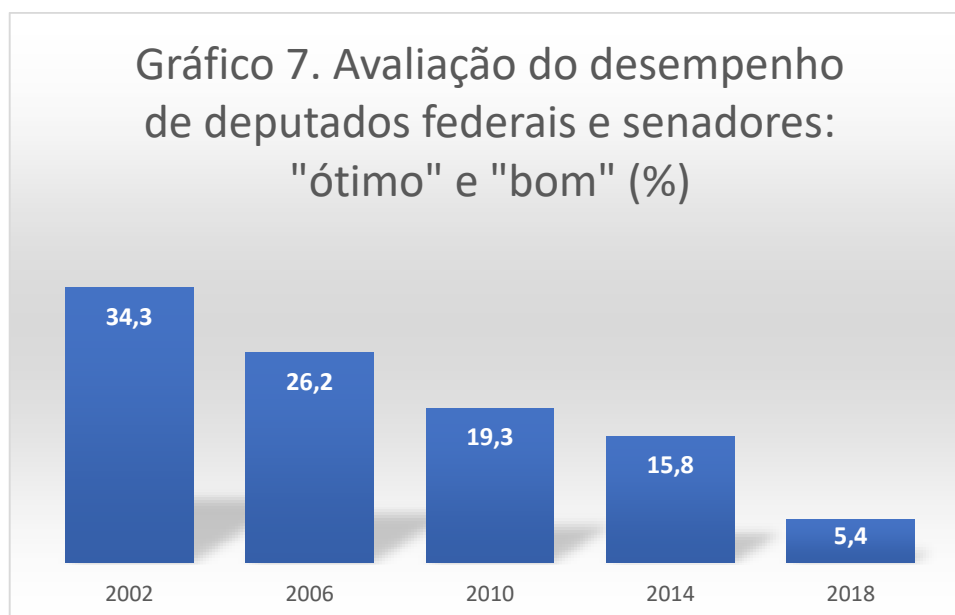
## 2. Conjuntura Política

Nesta seção do relatório, privilegiamos a apresentação dos dados obtidos a partir de algumas perguntas sobre a conjuntura política brasileira que não são freqüentemente realizadas nas pesquisas de opinião pública divulgadas pelos grandes meios de comunicação. Os dados mostram que o Congresso brasileiro chegou, em 2018, ao pior nível de avaliação por parte dos brasileiros desde 2002. A pesquisa também indica que a maior parte dos brasileiros concorda com a condenação do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e com a afirmação de que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser considerado um “golpe”.

**O Congresso brasileiro chegou, em 2018, ao pior nível de avaliação desde 2002**

**A maior parte dos brasileiros concorda com a condenação do ex-presidente Lula e com a afirmação de que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser considerado um “golpe”**

Em que pesem as inúmeras variáveis que podem alterar os humores da opinião pública sobre temas mais conjunturais em espaço relativamente curto de tempo, é evidente o desgaste na imagem dos congressistas no Brasil nos últimos anos. Perguntados sobre o desempenho de senadores e deputados federais em que as opções de respostas eram: “ótimo”, “bom”, “ruim”, “péssimo” (estimuladas) e “regular” (espontânea), apenas 5,4% dos brasileiros escolheram as opções “ótimo” e “bom”. Em 2002, a porcentagem era de 34,3%. A partir de 2006, houve um declínio constante, atingindo 15,8% em 2014 (Gráfico 7), segundo dados retirados dos Esebs. É importante destacar também que a porcentagem de respondentes que afirmaram que o desempenho dos congressistas é “ruim” ou “péssimo” atingiu 76,1% em 2018, a maior registrada na série histórica analisada aqui. Em 2014, a porcentagem era de 30,8%.



Fonte: Eseb (2002, 2006, 2010, 2014); INCT (2018). Margens de erro: 2002 (2,0); 2006 (3,2); 2010 (2,2); 2014 (2,0); 2018 (2,0). I.C. 95%

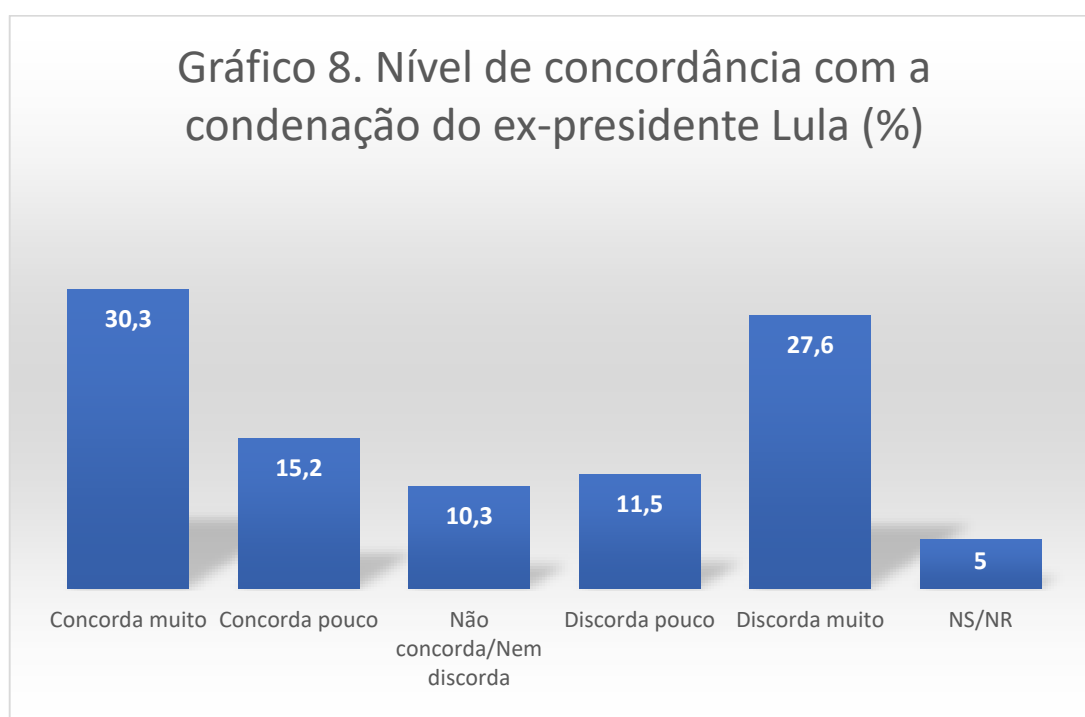
Os dados demonstram que há uma percepção cada vez pior sobre a atuação de deputados federais e senadores no Brasil. Na América Latina, as análises têm relacionado essa piora nas avaliações sobre os políticos com a queda dos níveis de bem-estar provocada pela redução nos preços das *commodities* e nos níveis de renda nos últimos anos. No caso brasileiro, porém, os dados apontam para algo além de explicações puramente econômicas – embora elas também exerçam impacto. A queda de cerca de 10 pontos percentuais entre 2014 e 2018 pode indicar um mal-estar que vá além de questões relativas à renda. Os dados indicam haver, no País, uma rejeição geral às pessoas identificadas como políticos profissionais. Isso pode estar ligado à percepção sobre a corrupção no universo político. Segundo a pesquisa “A Cara da Democracia no Brasil”, 40% dos entrevistados afirmaram que a “Corrupção” é o mais grave problema enfrentado pelo País – a maior menção entre todas. Isso, porém, não significa que os atuais políticos serão excluídos do jogo democrático, mas que há uma dissociação crescente entre as preferências dos eleitores e a sua percepção sobre a atuação dos eleitos.

A pesquisa reportada aqui, conforme indicamos no início do relatório, foi realizada entre os dias 15 e 23 de março de 2018. Dessa forma, ela não captura os desdobramentos junto à opinião pública decorrentes do julgamento do *habeas corpus*



demandado pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e de sua posterior prisão em Curitiba.

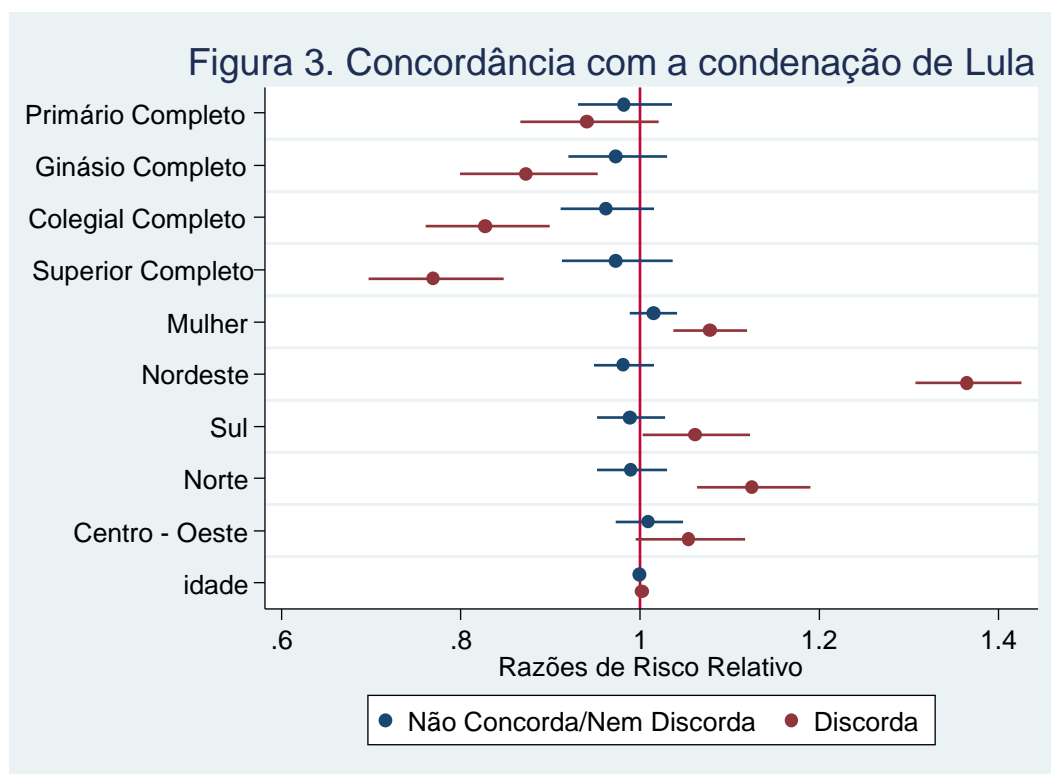
Perguntados sobre o grau de concordância com a condenação do ex-presidente Lula, em que era possível responder “concorda muito”, “concorda pouco”, “discorda pouco”, “discorda muito” (estimuladas) e “não concorda, nem discorda” (espontânea), 30,3% dos brasileiros afirmaram “concordar muito”, 15,2%, “concordar pouco”, 11,5%, “discordar pouco”, e 27,6%, “discordar muito”. Por fim, 10,3% afirmaram “não concordar/nem discordar” (Gráfico 8). Dessa forma, é possível afirmar que a maior parte dos brasileiros, em março de 2018, estava de acordo com a condenação do ex-presidente, dada a margem de erro da pesquisa.



Fonte: INCT (2018). Margem de erro: (2,0). I.C. 95%

Como forma de aprofundar a análise sobre o nível de concordância com a condenação do ex-presidente, realizamos uma análise multivariada para tentar verificar que variáveis sociodemográficas estão relacionadas a essa opinião. Adotamos o modelo

multinomial logístico, e, de resto, seguimos a mesma especificação das análises acima sobre a satisfação com a democracia. A categoria de referência aqui é composta pelos que concordam com a condenação. A figura abaixo mostra o resultado (Figura 3).



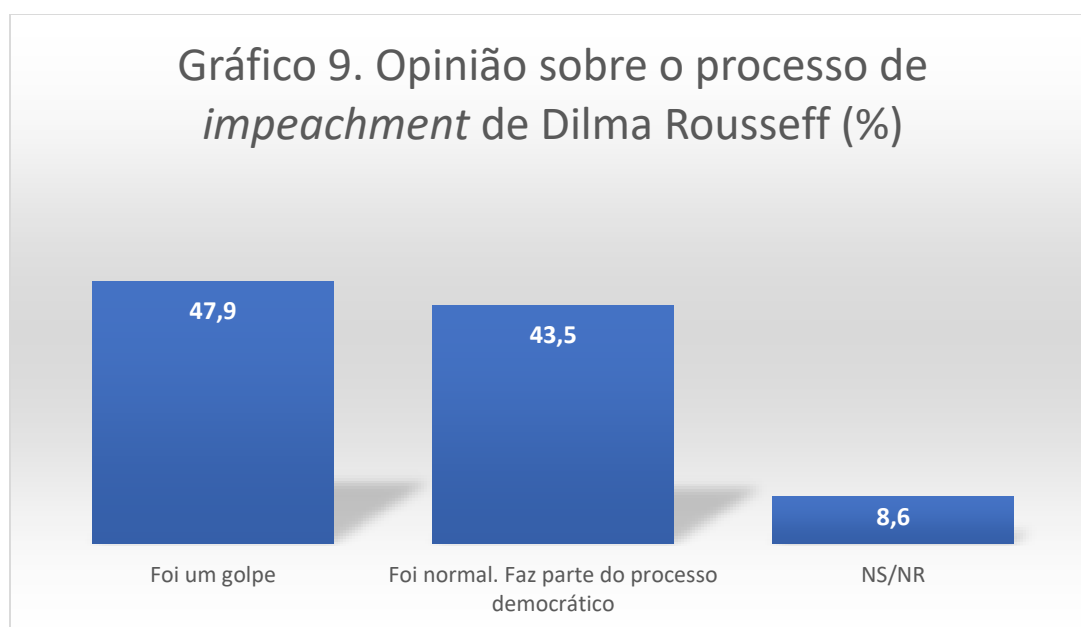
Fonte: Os autores, a partir de INCT (2018)

As estimativas sobre os determinantes sociodemográficos de pessoas que discordam da condenação de Lula mostram que região, escolaridade e sexo importam. Quanto maior a escolaridade, maior a chance de concordar com a condenação do ex-presidente. A mesma relação é encontrada entre homens, em comparação com mulheres, e habitantes do Sudeste, em comparação com os das regiões Nordeste, Sul e Norte. Destaca-se o contraste com os eleitores que vivem na região Nordeste, onde é grande a chance de um morador discordar da condenação de Lula. Idade apresenta uma relação positiva com discordar da condenação, mas de pequena magnitude.

O gráfico mostra, ainda, que as variáveis sociodemográficas não tem relação com a opinião espontânea “não concorda, nem discorda”. Ou seja, seu perfil é muito semelhante aos que afirmaram concordar com a condenação.

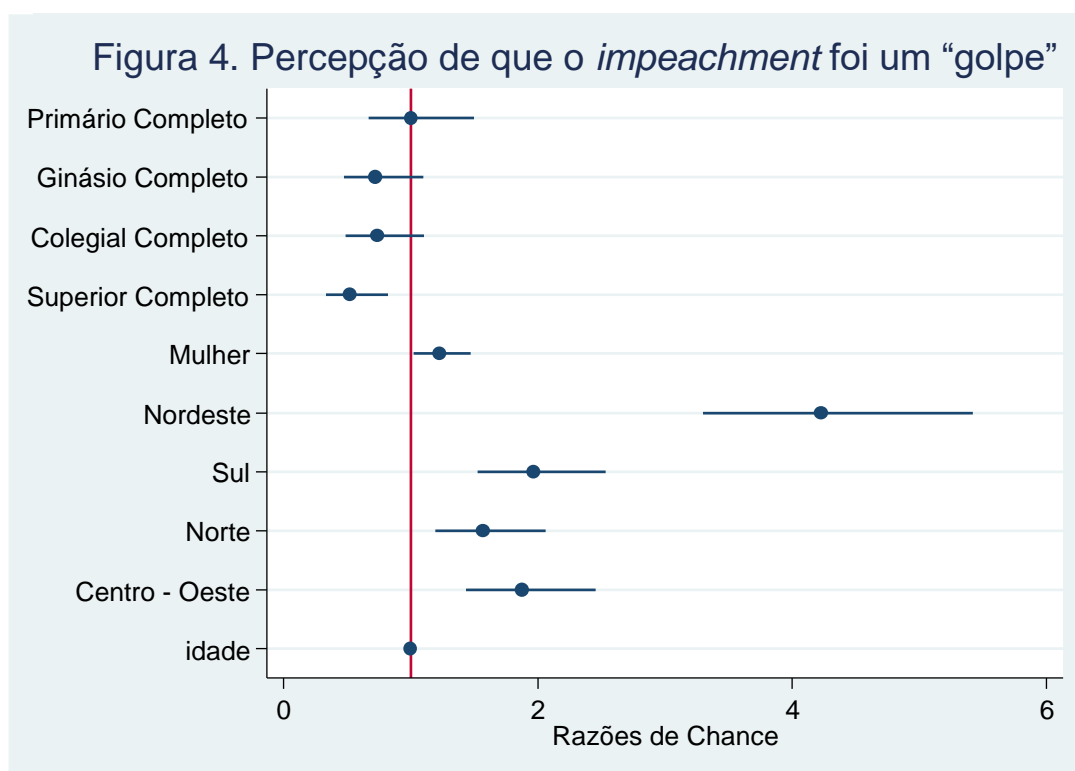
O último item deste relatório que trata da conjuntura política no País diz respeito à percepção dos brasileiros sobre o processo de *impeachment* que envolveu a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. A pergunta relativa ao tema foi a seguinte: “Em abril de 2016, começou o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, que deixou o governo em agosto do mesmo ano. Para algumas pessoas o processo de impeachment foi um golpe; enquanto outras acharam que foi algo normal, que faz parte do processo democrático. Com qual dessas opiniões você concorda mais?”. As respostas possíveis eram: “Com a primeira (foi um golpe)”; “Com a segunda (foi normal/faz parte do processo democrático)”; além das alternativas sempre presentes de “não responder” ou “não saber”.

O nível de concordância com a primeira opção foi de 47,9%, enquanto 43,5% dos respondentes afirmaram concordar com a segunda. Ou seja, a percepção da maior parcela dos brasileiros sobre o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em março de 2018, era o de que ele foi um “golpe”. É importante ressaltarmos, porém, que não houve adjetivação do termo “golpe” ou pergunta para identificar o que os respondentes entendem por “golpe” (Gráfico 9).



Fonte: INCT (2018). Margem de erro: (2,0). I.C. 95%

Assim como fizemos com relação a perguntas anteriores, realizamos aqui uma análise multivariada para tentar verificar como essa opinião varia entre diferentes grupos sociais. A figura abaixo mostra os resultados. A variável a ser explicada consiste na opinião de que o *impeachment* foi um “golpe” (Figura 4).



Fonte: Os autores, a partir de INCT (2018)

De forma parecida com os resultados sobre a condenação do ex-presidente Lula, mulheres e habitantes de todas as regiões (notadamente do Nordeste), em comparação com os que vivem no Sudeste, têm maior chance de considerar que o *impeachment* foi um “golpe”. A variável "Idade" não apresenta impacto e pessoas com nível superior completo apresentam menos chance de concordar com essa afirmação do que pessoas com grau de escolaridade de "até o primário incompleto".

As análises multivariadas realizadas nesta seção permitem afirmar, com segurança, que o apoio à condenação do ex-presidente Lula e a percepção de que o *impeachment*

da ex-presidente Dilma Rousseff foi “algo normal” não estão distribuídas de forma parecida entre todos os grupos observados. É importante destacar que os grupos que tradicionalmente têm apoiado o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) nas últimas eleições presidenciais (desde 2006) apresentam uma tendência maior a não concordar com a sua condenação e a afirmar que o *impeachment* em 2016 pode ser considerado um “golpe”, traduzindo preferências políticas construídas nos últimos anos.